

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	10
5.3 - Descrição - Controles Internos	20
5.4 - Alterações significativas	22
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	28
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	30
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	31
10.5 - Políticas contábeis críticas	32
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros fatores com influência relevante	37

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

A Investimentos Bemge é uma subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A, parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução no 3.464/07 e na Circular no 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais dessa sociedade.

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Possuímos uma governança definida para revisão de políticas, aplicáveis para o Brasil e também para as unidades internacionais. Preponderantemente, as políticas definem as diretrizes institucionais, metodologias e processos, contemplam as exigências regulatórias e as melhores práticas de mercado. A instituição possui política interna que dispõe sobre as diretrizes e estabelece a governança para o gerenciamento de riscos:

Política	Órgão aprovador	Data de aprovação
Gerenciamento de Riscos	Conselho de Administração	23/02/2017
Gestão e Controle de Risco de Crédito ⁽¹⁾	Conselho de Administração	09/12/2016

(1) Disponível para consulta no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito.

Gerenciamento de Riscos

Risco de Crédito

Definimos risco de crédito como o risco de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de um contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte, à redução de ganhos ou remunerações e vantagens concedidas na renegociação ou aos custos de recuperação.

Nossa gestão do risco de crédito é de responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade de nossa carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco de cada segmento de mercado em que atuamos. Nossa governança de gerenciamento de risco de crédito está baseada em comitês subordinados ao nosso Conselho de Administração ou à nossa estrutura executiva, que atuam basicamente na análise das condições competitivas de mercado, definição de limites de crédito da instituição, revisão de práticas de controle e políticas e aprovação de ações nas respectivas alçadas. Também são de responsabilidade dessa estrutura os processos de comunicação e informação de riscos, inclusive a divulgação de normativos institucionais e complementares, além de outras informações referentes à gestão do risco de crédito. Gerenciamos o risco de crédito ao qual estamos expostos durante todo o ciclo de crédito, desde a fase anterior à aprovação, passando pelo processo de monitoramento, até chegar à fase de cobrança ou recuperação do crédito.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito é centralizado e independente das unidades de negócios, sendo responsável pela definição dos limites operacionais, mecanismos e processos de mitigação de riscos e instrumentos para a mensuração, monitoramento e controle do risco de crédito inerente a todos os produtos, de concentrações da carteira e de potenciais mudanças no ambiente econômico. Nossa carteira, políticas e estratégias são monitoradas de forma permanente para garantir a observância das regulamentações e legislações vigentes em todos os países em que atuamos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As principais atribuições das unidades de negócio são (i) monitorar as carteiras sob suas responsabilidades, (ii) conceder crédito, levando em conta as alçadas vigentes, condições de mercado, perspectivas macroeconômicas, mudanças nos mercados e produtos e os efeitos da concentração setorial e geográfica, e (iii) gerenciar o risco de crédito de forma a proporcionar sustentabilidade ao negócio.

Nossa política de crédito é definida com base em fatores internos, como: classificação de clientes, desempenho e evolução de nossa carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico, entre outros, além de fatores externos, tais como: taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação no consumo, entre outros. O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita à nossa instituição identificar riscos potenciais visando certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido por uma perspectiva econômica e de risco.

Em relação a nossos clientes pessoas físicas e pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em dois modelos estatísticos: (i) *application* (nos estágios iniciais de nossa relação com o cliente) e (ii) *behavior score* (adotado para clientes com os quais já temos um relacionamento). Excepcionalmente, também pode ser realizada uma análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a situação econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a perspectiva do mercado no qual atua. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio da governança de aprovação.

Contamos com um processo estruturado para manutenção de uma carteira diversificada, considerado adequado por nossa instituição. As concentrações são monitoradas de forma permanente por setor econômico e maiores devedores, o que possibilita a tomada de medidas para evitar que os limites estabelecidos sejam ultrapassados.

Classificamos os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com parâmetros de qualidade de crédito, visando administrar suas exposições.

Controlamos rigorosamente a nossa exposição ao risco de crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações de violação de limites. Nesse sentido, podemos adotar medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para mensurar o risco de crédito, consideramos a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado de exposição no caso de inadimplência, prejuízos passados decorrentes da inadimplência e a concentração de tomadores de empréstimos. Quantificar esses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, gestão da carteira e definição de limites. São adotados modelos como ferramentas para quantificar esses fatores, contribuindo para um processo mais preciso para a tomada de decisões.

Os modelos que adotamos são validados de forma independente, para garantir que as bases de dados utilizadas na construção dos modelos sejam completas e precisas e que o método de estimativa de parâmetros seja adequado, de forma a reduzir o risco de modelo e manter os modelos calibrados para que reflitam de forma mais rigorosa os parâmetros de risco.

Dispomos de processos e de uma estrutura específica para garantir que o risco-país seja gerido e controlado, inclusive: (i) definição de ratings para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento de limites.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em consonância com os princípios da regulamentação do CMN, nossa estrutura de risco de crédito e normativo institucional relacionado são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis a todas as empresas e subsidiárias no Brasil e no exterior.

Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

Nosso Programa de Continuidade de Negócios tem por objetivo proteger os colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de nossas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados financeiros em que atuamos quanto a confiança de nossos clientes e parceiros estratégicos no fornecimento de nossos produtos e serviços.

O programa é composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos-chave:

- **Gestão de Crises:** processos centralizados de comunicação e resposta cujo objetivo é gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à nossa imagem e reputação perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que formos citados. O êxito da gestão de crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção; e
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentos com procedimentos e informações desenvolvidos, consolidados e mantidos à disposição para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, definimos em nosso PCN ações corporativas e customizadas para nossas linhas de negócio, por meio de:
 - **Plano de *Disaster Recovery*:** foco na recuperação do nosso *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;
 - **Plano de Contingência de Local de Trabalho:** colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzir suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente duas mil posições de contingência dedicadas totalmente equipadas para atender as necessidades das unidades de negócio críticas em situações de emergência;
 - **Plano de Emergência:** procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre nossas instalações, com foco preventivo;
 - **Plano de Contingência de Processos:** alternativas (Plano B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios, o programa prevê a aplicação das seguintes ferramentas para o entendimento da instituição:

- **Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** avaliação da criticidade da recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios que utilizamos estão localizados. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação a potenciais ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, de forma a ajustar ou implementar controles que fortaleçam a resiliência de nossas instalações críticas.

Consulte:

<http://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/PoliticaCorporativadeContinuidadedeNegocios.pdf> para mais informações sobre nossa Política Corporativa de Continuidade de Negócios.

Risco de Modelo

Nossa gestão de riscos já possui modelos proprietários para gestão de riscos que são monitorados continuamente e revisados, quando necessário, visando a assegurar decisões estratégicas e de negócio eficazes.

O risco de modelo é definido como o risco decorrente de modelos utilizados por nós não refletirem corretamente as relações de variáveis de interesse, podendo acarretar resultados que diferem sistematicamente daqueles obtidos. Esse risco pode se materializar em decorrência da aplicação de modelos a situações que diferem daquelas modeladas originalmente devido a inadequações metodológicas durante o seu desenvolvimento.

São utilizadas as melhores práticas de mercado para gerenciar os riscos de modelagem a que a instituição está exposta durante todo o ciclo de vida de cada modelo utilizado. As melhores práticas de mercado podem ser classificadas em quatro etapas principais: desenvolvimento, implementação, validação e utilização. As melhores práticas usadas pela instituição no que se refere ao controle do risco de modelo incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas; (ii) aplicação de uma lista de verificação das etapas essenciais a serem cumpridas durante o desenvolvimento do modelo em questão; (iii) utilização de estimativas conservadoras em modelos julgamentais; (iv) uso de *benchmarks* externos; (v) homologação dos resultados gerados na implantação de modelos; (vi) validação técnica independente de modelos; (vii) validação do uso de modelos; (viii) avaliação do impacto no uso de modelos; (ix) monitoramento de desempenho de modelos; e (x) monitoramento da distribuição das variáveis explicativas e do *score* final com relação a um modelo.

Risco País

Risco-país é definido como o risco de perdas resultantes do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor, ou de eventos políticos, econômicos e sociais relacionados com esse país.

Atuamos em diversos países além do Brasil. Além das nossas unidades no exterior, mantemos relacionamento com tomadores, emissores, contrapartes e garantidores de várias partes do mundo, independentemente de termos ou não uma unidade no país onde está localizado o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

Dispomos de uma estrutura específica para a gestão e o controle do risco-país composta por comissões e comitês, e equipes dedicadas com responsabilidades definidas em políticas. A instituição segue um procedimento estruturado e consistente para gerenciar e controlar o risco-país, que abrange: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países específicos; e (iii) monitoramento dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

Definimos o risco de negócio e estratégia como o risco de impacto negativo nos resultados financeiros ou no capital em consequência de falhas no planejamento estratégico, da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade de implantar planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio. Visto que o risco de negócio e estratégia pode afetar diretamente o desempenho do banco, implantamos diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam normas de governança adequadas, tenham a participação ativa da diretoria e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco e visem a otimizar a relação risco-retorno. A tomada de decisões e a definição de diretrizes de negócio e estratégicas contam com o pleno envolvimento do Comitê de Administração, basicamente através do Comitê de Estratégia e dos executivos, por meio do Comitê Executivo. Com o intuito de tratar o risco adequadamente, possuímos governança e processos que envolvem a Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças nas decisões de negócio e estratégicas, visando a garantir que o risco seja gerido e que as decisões sejam sustentáveis no longo prazo. Entre eles, incluem-se: (i) as qualificações e os incentivos dos membros do conselho e executivos; (ii) o processo orçamentário; (iii) a avaliação de produtos; (iv) a avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) um arcabouço de apetite de risco que restringe, por exemplo, a concentração de crédito e exposição a riscos específicos e materiais.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O Itaú Unibanco mantém uma estrutura para gerenciamento de riscos que visa (i) identificação dos riscos; (ii) análise da materialidade; (iii) mensuração dos riscos; (iv) resposta aos riscos; (v) monitoramento dos riscos; e (vi) comunicação e reporte. Além do atendimento aos requisitos regulatórios, o processo de identificação deve ser continuamente aprimorado. Dentre os riscos para os quais se busca proteção, destacam-se:

Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Para mais informações, consulte o documento “Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3” no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, Governança Corporativa.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Princípios de Gestão de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é a essência das nossas atividades e, para isso, devemos ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. Buscamos processos robustos de gerenciamento de riscos, que permeiem toda a organização e sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade de nossos negócios.

Os princípios abaixo fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de risco e a forma como os nossos colaboradores atuam no dia a dia para a tomada de decisão:

1. Sustentabilidade e satisfação dos clientes: Queremos ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes. Nos preocupamos em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. Faremos apenas negócios que são bons para o cliente e para o banco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

2. Cultura de Risco: Nossa cultura de risco vai além de políticas, procedimentos e processos e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando nossa forma ética de fazer negócios. Consulte o item Cultura de Risco a seguir para mais informações sobre nossa Cultura de Risco.

3. Apreçamento do risco: Atuamos e assumimos riscos em negócios que conhecemos e entendemos e evitamos riscos que não conhecemos ou nos quais não temos vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno.

4. Diversificação: Temos baixo apetite por volatilidade dos nossos resultados e por isso atuamos em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos a que estamos expostos e priorizando os negócios de menor risco.

5. Excelência operacional: Queremos ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável de forma a oferecer um serviço de alta qualidade.

6. Ética e respeito à regulação: Para o Itaú Unibanco, ética é inegociável. Promovemos um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela nossa reputação.

Em 2016, revisamos nossa política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração, que direciona a nossa estratégia de negócios. Nosso apetite de risco é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que devemos ter capital suficiente para nos proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos nossos índices de capital, em situação normal e em estresse e dos nossos *ratings* de emissão de dívidas.
- Dimensão de liquidez: estabelece que nossa liquidez deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos nossos indicadores de liquidez.
- Dimensão de composição dos resultados: define que nossos negócios serão focados principalmente na América Latina, onde teremos uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente nossa estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos nossos clientes, da nossa exposição nas mídias, além da observância da nossa conduta.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco & Capital (CGRC) e do nosso CRO (*Chief Risk Officer*).

O apetite de risco é monitorado, analisado e reportado regularmente aos níveis executivos e ao CGRC. Caso o monitoramento de alguma métrica aponte para um nível acima do apetite de risco, em situações normais ou projetadas, há uma governança pré-estabelecida com alçadas de reporte, inclusive ao Conselho de Administração, que organiza as discussões necessárias e ações a serem tomadas para retomar as exposições aos níveis desejados do apetite de risco.

Cultura de Risco

Visando fortalecer nossos valores e alinhar o comportamento dos nossos colaboradores com as diretrizes estabelecidas na gestão de risco, adotamos diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco. Nossa Cultura de Risco é baseada em quatro princípios básicos:

- Tomamos riscos conscientemente;
- Discutimos nossos riscos;
- Agimos sobre os nossos riscos;
- Somos todos gestores de riscos.

Esses princípios são nossa diretriz que visam ajudar nossos colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

Além de políticas, procedimentos e processos, a cultura de risco fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores na gestão de riscos inerentes às atividades exercidas individualmente, respeitando de maneira ética a gestão dos negócios.

Promovemos a cultura de risco, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da organização a assumir e gerenciar o risco conscientemente. Com esses princípios disseminados pela instituição, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco e assumindo a responsabilidade individual por cada colaborador do Itaú Unibanco, independentemente de sua posição, área ou função.

Também disponibilizamos canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que podem ocasionar transtornos e/ou prejuízo para nós ou lesar os clientes. Todos os colaboradores ou terceiros têm a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

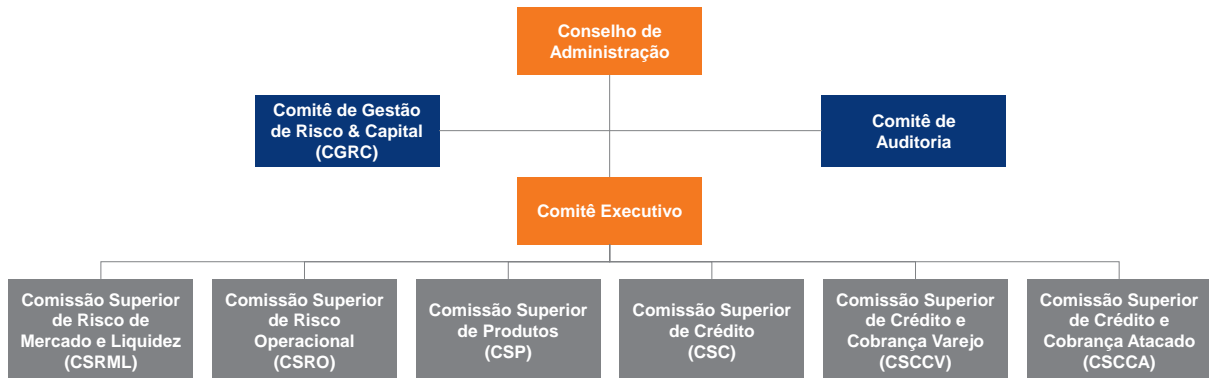
iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Governança de Risco e Capital

O Comitê de Gestão de Risco & Capital (CGRC) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de atribuições relacionadas à nossa gestão de risco e de capital. No nível executivo, estabelecemos órgãos colegiados, presididos pelo nosso CEO, que são responsáveis pela gestão de risco e capital e se reportam diretamente ao Comitê de Gestão de Risco e Capital. O Conselho de Administração é o órgão principal para decisões de gestão

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

de risco e capital. Os comitês a seguir são parte de nossa estrutura de governança de gestão de riscos e capital:



Comitê de Gestão de Risco & Capital (CGRC): apoia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relacionadas à nossa gestão de risco e capital, reunindo-se, no mínimo, 4 vezes ao ano, e submetendo relatórios e recomendações para deliberação do Conselho de Administração para tomada de decisões relacionadas à:

- Definição do apetite de risco da instituição nas dimensões de capital, liquidez, resultados, risco operacional e reputação, garantindo o alinhamento com nossa estratégia e incluindo: níveis aceitáveis de capital e liquidez; tipos de risco a que poderemos estar expostos, bem como limites agregados para cada tipo de risco; tolerâncias à volatilidade de resultados e a concentrações de risco; e diretrizes gerais sobre tolerância a riscos que possam ter impacto sobre o valor da nossa marca (ex.: risco de imagem);
- Supervisão das nossas atividades de gestão e controle de risco, visando a assegurar sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;
- Revisão e aprovação de políticas e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos por nós;
- Definição do nosso retorno mínimo esperado sobre o capital como um todo e de nossas linhas de negócio, bem como monitorar o desempenho;
- Supervisão das nossas estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar seu alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor; e
- Promoção do aperfeiçoamento da nossa Cultura de Risco.

Consulte o item 12. Assembleia Geral e Administração para mais informações sobre as responsabilidades do Comitê de Auditoria e para informações complementares sobre o CGRC.

Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML): reúne-se mensalmente e é responsável por estabelecer as diretrizes e governança de investimentos e de riscos de mercado e liquidez associados as nossas posições consolidadas e linhas de negócios.

Comissão Superior de Risco Operacional (CSRO): reúne-se bimestralmente e é responsável por conhecer os riscos dos nossos processos e negócios, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do Sistema Itaú Unibanco de Controles Internos e *Compliance*.

Comissão Superior de Produtos (CSP): reúne-se semanalmente e é responsável por avaliar produtos, operações, serviços e processos que estão fora da alçada de decisão dos Comitês de Produtos subordinados à ela ou que envolvam risco de imagem para nós.

Comissão Superior de Crédito (CSC): reúne-se semanalmente e é responsável por avaliar, decidir sobre propostas de crédito que excedam as alçadas das Comissões de Crédito que se

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

reportam a ela e analisar decisões que não foram tomadas devido à falta de consenso na comissão imediatamente subordinada a ela ou casos que, por sua relevância ou por características especiais, essa comissão decidir por bem submeter à sua apreciação.

Comissão Superior de Crédito e Cobrança Varejo (CSCCV): reúne-se mensalmente e é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação da performance das carteiras e estratégias de Crédito e Cobrança no Varejo.

Comissão Superior de Crédito e Cobrança Atacado (CSCCA): reúne-se mensalmente e é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação da performance das carteiras e estratégias de Crédito e Cobrança do Atacado.

Adicionalmente, possuímos órgãos colegiados, presididos por nosso CRO & CFO, que também são responsáveis pela gestão de risco e capital. Esses órgãos colegiados se reportam diretamente ao Comitê de Gestão de Risco e Capital ou aos órgãos colegiados mencionados acima.

Para dar suporte a essa estrutura, dispomos da Área de Controle e Gestão de Riscos & Finanças, estruturada com diretorias especializadas e subordinadas ao nosso CRO & CFO, com o objetivo de assegurar de forma independente e centralizada que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão integrada de risco operacional, controles internos e *compliance* está estruturada em 3 linhas de defesa:

- 1ª linha: representada pelas áreas de negócios e suporte, tendo como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar, entender e gerenciar os eventos de risco operacional, assim como manter um efetivo ambiente de controles (incluindo o cumprimento de normas internas e externas).
- 2ª linha: representada pela área de controles internos / validação independente, tendo como responsabilidades, entre outras, divulgar e garantir a aplicação das decisões, políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional, assim como validar, de forma independente, políticas e processos.
- 3ª linha: representada pela área de auditoria interna, tendo como responsabilidades, entre outras, verificar de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos.

A atividade da 2ª linha de defesa é realizada pela área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional a qual está matricialmente apartada das áreas de negócio e suporte, garantindo assim a sua independência.

No que tange a atuação, a 2ª linha de defesa realiza validação do processo com foco na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e resposta aos riscos operacionais da organização, garantindo assim que as perdas e os riscos estejam dentro dos limites estabelecidos pela instituição.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

A estratégia de gerenciamento de risco do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do Itaú Unibanco; e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A gestão de riscos do Emissor busca as melhores práticas de governança corporativa recomendadas por organismos internacionais e pelo Acordo de Basileia.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado é um conjunto de princípios contidos em regulamentação CMN (Conselho Monetário Nacional) e aplicável a todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Itaú Unibanco.

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Nossa política institucional de gerenciamento de risco de mercado é um conjunto de princípios contidos em regulamentação CMN (Conselho Monetário Nacional), e aplicável a todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Grupo Itaú Unibanco.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco busca balancear nossos objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

Nosso processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis (exemplo: Carteira de Não Negociação, Carteira de Negociação e Mesa de Ações) e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas. Nossa estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os nossos objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco; (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas; (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse; (iv) reporte de resultados de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança; (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis; e (vi) providência de apoio para o lançamento de novos produtos financeiros. Para isso, contamos com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

acompanhamento das Comissões Superiores, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

Nossa estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML) ou alçada competente, que se reúne no mínimo mensalmente. Essa estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente. O arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais) entre outros. A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Esses limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e nosso apetite de risco. O processo de definição dos níveis de limite e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do conglomerado financeiro. O fluxo de informações estabelecido visa dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio da CGRC, que se reúne mensalmente. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos nas alçadas competentes:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em um mês, para a Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML) quando seja a alçada competente.

A política que rege o gerenciamento de limites do conglomerado é a GR-51 – Gerenciamento de Limites de Risco de Mercado, com última data de publicação em 27 de Janeiro de 2017.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Busca-se proteção primordialmente para os riscos de taxas de juros, inflação e variação cambial.

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A estratégia de proteção objetiva equalizar os resultados de variação cambial pós-impostos dos investimentos no exterior (visão contábil) e seus *hedges*. O *Hedge* Econômico é composto de posições com o intuito de proteger o resultado advindo de variação cambial do Investimento no Exterior. Os *Hedges* Econômicos podem ser realizados através do mercado de derivativos de Bolsa ou Balcão e também por meio de passivos em moedas estrangeiras.

O gerenciamento de riscos de mercado objetiva mapear e controlar os riscos de descasamentos. A Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez é responsável por mapear, calcular e informar os riscos de mercado e os descasamentos de prazos, moeda e indexadores, bem como o consumo de limites aprovados pelos comitês ou alçadas competentes.

A tesouraria executa *hedge* com a finalidade de mitigar e gerenciar os riscos de descasamentos, respeitando os limites de exposição e de riscos aprovados pelos comitês ou alçadas competentes. Para tal gestão, analisam-se as informações recebidas e os dados econômicos para executar eventuais proteções (*hedges*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os derivativos classificados como “*hedge accounting*” são monitorados de acordo com sua efetividade e impactos contábeis.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Quando necessário, o Emissor realiza operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado.

O Banco utiliza diversos instrumentos financeiros para gestão dos riscos, os quais incluem títulos e derivativos de bolsa ou balcão. Os derivativos incluem principalmente:

- Contratos futuros de taxas de juros e de câmbio;
- Contratos a Termo de Moeda – *Non-Deliverable Forward* – NDF;
- Contratos de Swap de taxas de juros e taxas de câmbio; e
- Opções.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são classificadas de acordo com a sua característica; gestão de risco ou *hedge* fluxo de caixa.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros usados pelo Emissor consistem do uso de métricas de risco de mercado, tais como:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (*MtM – Mark to Market*); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e Sensibilidades aos Diversos Fatores de Risco (GREGAS) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O Itaú Unibanco faz o gerenciamento de sua exposição pelo líquido dos *hedges* e dos objetos de *hedge*. Os controles que utilizam os limites net de exposição são feitos de acordo com o apetite de risco definido pelo banco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

O Emissor realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e descasamentos, bem como a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes aprovados em comitês/alçadas competentes.

Os instrumentos derivativos são utilizados para a execução destas atividades de hedges e para operações proprietárias de tesouraria. Nas situações em que essas operações são "*hedge accounting*", há um acompanhamento de sua efetividade e impactos contábeis. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de Mercado

O envolvimento direto da alta administração na gestão de risco dá-se numa base permanente através da realização regular de reuniões de comissões e comitês, com o objetivo de que a avaliação dos riscos e seu impacto no capital tenha uma efetiva influência na tomada de decisão em todas as instâncias, sejam elas referentes aos produtos, às atividades, aos processos e aos sistemas do Itaú Unibanco.

A figura 1 apresenta a administração superior do Itaú Unibanco no âmbito da governança de riscos, que compreende, como órgão máximo de gerenciamento de riscos e capital do Itaú Holding, o Conselho de Administração. Diretamente relacionados ao Conselho de Administração, encontram-se os seguintes comitês, que auxiliam o Conselho no exercício de suas atividades de gestão de risco e capital, bem como nas atividades de supervisão dos processos de controle e administração de riscos, e compõem a atual governança de riscos:

- Comitê de Gestão de Riscos e Capital
- Comitê de Auditoria

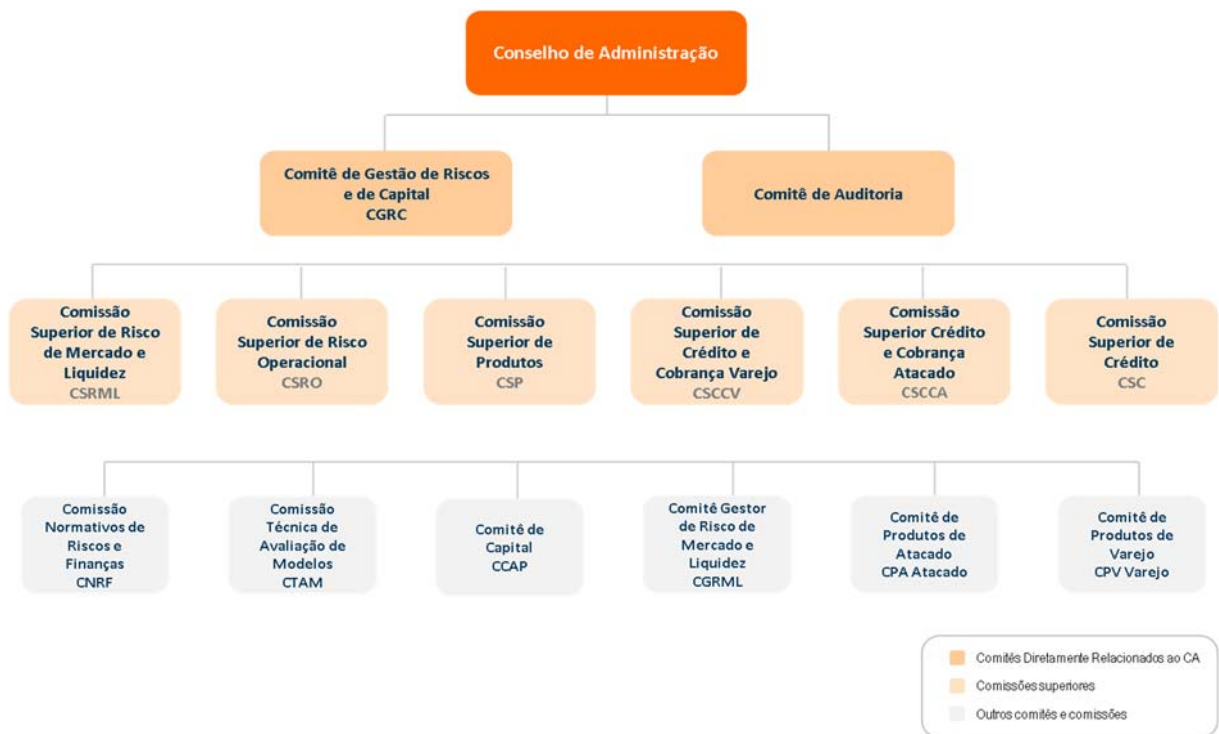
As informações referentes ao funcionamento e às atribuições do Conselho de Administração encontram-se disponíveis no Estatuto Social Itaú Unibanco Holding e Política de Governança Corporativa, disponíveis para consulta no portal de Relações com Investidores do Itaú Unibanco.

No que tange ao funcionamento e às atribuições dos comitês diretamente relacionados ao Conselho de Administração, as informações baseiam-se em normativo institucional [HF-24], que consolida os princípios e práticas de Governança Corporativa adotados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como em Regimento Interno de cada um dos comitês, disponíveis para consulta no portal de Relações com Investidores do Itaú Unibanco.

A nível executivo, o Itaú Unibanco conta com comissões executivas que auxiliam na coordenação da ação administrativa e, no âmbito da gestão de riscos e capital, listamos as comissões superiores que compõem a atual governança de riscos. As comissões superiores contam com a presença do Presidente do Itaú Unibanco, com alçada de decisão para os assuntos de gerenciamento de riscos e capital. As regras e informações sobre o funcionamento e atribuições das comissões superiores serão explicitadas no decorrer deste capítulo, refletindo a governança atual e baseadas no normativo interno [AG-2]:

- Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML)
- Comissão Superior de Risco Operacional (CSRO)
- Comissão Superior de Produtos (CSP)
- Comissão Superior de Crédito e Cobrança Varejo (CSCCV)
- Comissão Superior Crédito e Cobrança Atacado (CSCCA)
- Comissão Superior de Crédito (CSC)

Adicionalmente aos comitês diretamente relacionados ao Conselho de Administração e Comissões Superiores componentes da atual governança de riscos, apresentamos os demais colegiados envolvidos e relevantes no exercício das atividades de gestão de riscos e capital, também apresentados na figura 1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Figura 1 – Governança de Risco de Mercado****Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC)**

Compete ao Comitê de Gestão de Risco e de Capital apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos e capital da Companhia, submetendo relatórios e recomendações sobre estes temas à deliberação do Conselho, no que diz respeito a:

- definição do apetite de risco da Companhia, nas dimensões de capital, liquidez, resultados e franchise, garantindo o alinhamento com a estratégia, incluindo: níveis aceitáveis de capital e liquidez para a Companhia, tipos de risco a que a Companhia poderá estar exposta, bem como limites agregados para cada tipo de risco, tolerâncias à volatilidade de resultados e a concentrações de risco e diretrizes gerais sobre tolerância a riscos que possam ter impacto sobre o valor do franchise da Companhia (ex.: risco de imagem);
- supervisão das atividades de gestão e controle de risco da Companhia, visando a assegurar sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;
- revisão e aprovação de políticas e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- definição do retorno mínimo esperado sobre o capital da Companhia como um todo e de suas linhas de negócio, bem como monitoramento do desempenho;
- supervisão das estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar seu alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor; e
- promoção do aperfeiçoamento da cultura de risco da Companhia.

O Comitê de Gestão de Risco e de Capital será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração entre seus membros e profissionais de comprovado conhecimento na área.

Frequência das reuniões: no mínimo 4 vezes ao ano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML)**

A CSRML tem como objetivo estabelecer diretrizes e governança de investimentos e de risco de mercado e liquidez para as posições do consolidado do banco e suas linhas de negócio. Ademais, as principais atribuições da CSRML são as seguintes:

- Gestão estratégica de risco de mercado e liquidez;
- Análise dos níveis de liquidez corrente e futuro, e adoção de ações destinadas a promover um andamento seguro e eficiente para os fluxos financeiros da Holding;
- Discutir e definir limites adicionais de risco de liquidez e risco de mercado, dentro da alçada delegada pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC), e:
 - as diretrizes de atuação e poderes de decisão delegados ao CGRML (Comitê Gestor de Risco de Mercado e Liquidez);
 - os períodos de retenção dos principais tipos de risco, inclusive aqueles complementares aos delegados pelo CGRC;
 - assuntos e limites relacionados ao risco operacional de tesouraria;
 - política de *stop loss*;
 - políticas de incentivo;
 - os níveis máximos de descasamento de liquidez (GAP) para os diversos prazos e moedas, níveis mínimos de reserva em moeda nacional e estrangeira, subordinados aos definidos pelo CGRC, podendo inclusive estabelecer controles e limites adicionais ou complementares, caso necessário;
 - a política de captação e aplicação no mercado financeiro nacional e internacional;
 - critérios e regras para definição de preços de transferência internos de recursos nas empresas do conglomerado;
 - estratégias para o financiamento das carteiras do grupo;
 - critérios e modelos para avaliação do risco de liquidez;
 - planos de contingência de liquidez;
- Estabelecer diretrizes e a governança de risco de mercado e liquidez para a gestão dos recursos provenientes das Reservas Técnicas e do patrimônio de Seguros, Previdência e Capitalização;
- Acompanhar o adequado balanceamento entre ativos e passivos (ALM) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Fundações) ligadas ao grupo Itaú Unibanco;
- Acompanhar a adequação da gestão aos objetivos e governança de investimentos e de risco definidos.

Os membros da comissão são:

- Presidente Itaú Unibanco Holding;
- Diretor Geral do Atacado;
- Diretor Geral do Varejo;
- Diretor Geral de Tecnologia e Operações;
- Vice-Presidente da Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF);
- Vice-Presidente da Área Jurídica, Ouvidoria, Pessoas, Relações Governamentais e Comunicações Corporativas;
- Vice-Presidentes da Tesouraria Institucional;
- Vice-Presidente do Banco de Investimentos;
- Diretores de Risco;
- Diretores de Finanças;
- Diretores de Tesouraria Institucional;
- Economista-chefe.

Frequência das reuniões: mensal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Comitê Gestor de Risco de Mercado e Liquidez (CGRML)**

Tem como principais atribuições:

- Discutir propostas de mudanças de limites de alçadas superiores;
- Definir e monitorar limites de sua alçada;
- Monitorar os impactos das mudanças regulatórias na liquidez e no risco de mercado do grupo.

Composição:

- Vice-Presidente Tesouraria Institucional;
- Vice-Presidente da Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF);
- Diretor Trading
- Diretor Banking
- Diretor Controle de Riscos de Mercado e Liquidez;
- Diretor Mesas, Produtos e Planejamento
- Diretor de Gestão de Capital

Frequência das reuniões: mensal.

Comissão de Normativos de Riscos e Finanças (CNRF)

A CNRF visa aprimorar a governança e a revisão de políticas de riscos e capital.

As principais atribuições desta Comissão são:

- revisar e aprovar por consenso, as circulares e anexos que estão sob a gestão da Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF);
- validar, para aprovação final do Conselho de Administração, as políticas HF que estão sob gestão da ACGRF;
- ratificar os anexos aprovados por alçadas específicas.

Composição:

▪ Diretor de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional (Presidente Secretário)

- Diretor de Risco de Crédito e Modelagem
- Diretor de Controle de Risco de Mercado e Liquidez;
- Diretor de Controle Corporativo
- Diretor de Segurança Corporativa
- Diretor Executivo de Finanças
- Diretor de Planejamento Financeiro e Controle Gerencial
- Diretor de Controle Financeiro
- Diretor de Gestão de Capital
- Diretores das demais áreas envolvidas nos normativos;
- Convidado Permanente: Diretor de Auditoria Interna

Quórum mínimo exigido: o quórum mínimo é composto por 3 diretores, sendo pelo menos um de riscos e um de finanças. O diretor proponente deve obrigatoriamente estar presente. Na ausência do diretor proponente, este pode ser representado por um diretor da mesma área executiva.

Frequência das reuniões: no mínimo 5 vezes ao ano.

Comissão Técnica de Avaliação de Modelos de Mercado (CTAM Mercado)

A Comissão Técnica de Avaliação de Modelos de Mercado (CTAM Mercado) tem como objetivo a aprovação de modelos de risco de mercado, apreçamento e liquidez, baseado no parecer independente da área de validação de modelos, bem como sugerir e acompanhar planos de ação para os modelos validados. Suas principais atribuições são:

- aprovar modelos relacionados ao cálculo de risco de mercado, apreçamento e liquidez;
- decidir pelo uso ou não de modelos de risco de mercado, apreçamento e liquidez;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- aprovar, recomendar, sugerir e monitorar os planos de ação propostos para os modelos validados;

- acompanhar o desempenho dos modelos de risco de mercado ao longo do tempo, determinando novos desenvolvimentos, caso necessário.

São membros desse comitê:

- Diretor de Controle de Risco de Mercado e Liquidez;
- Diretor de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional;
- Superintendente de Controles Internos e Compliance de Riscos e Finanças;
- Superintendente de Atendimento Especializado
- Superintendente de Risco de Mercado e Liquidez
- Superintendente de Infraestrutura de Riscos
- Superintendente Planejamento Tesouraria

Delegação: No caso de ausência do Diretor de Controle de Risco de Mercado e Liquidez, este pode delegar poder de decisão aos seus respectivos superintendentes.

O Diretor de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional não pode delegar poder de decisão.

Quórum mínimo: Diretor de Controle de Risco de Mercado e Liquidez e Diretor de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional, com ciência das decisões pelo CRO.

Frequência das reuniões: bimestral ou sob demanda.

Reporte: Caso necessário, é realizado reporte das principais decisões/discussões na CCRO de Riscos.

As estruturas de controle, especialmente relacionadas às áreas de Controles Internos e Compliance são detalhadas no capítulo 5.c.

Informações referentes ao Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e Controles Internos estão descritas no item 5.1b.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna subordina-se administrativamente à Presidência do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. Suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. e acompanhadas pela CSRO - Comissão Superior de Risco Operacional.

As representações da Auditoria Interna localizadas em Unidades no Exterior se reportam tecnicamente à Diretoria Executiva de Auditoria do Itaú Unibanco S.A. e as suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A. e também pelos Comitês de Auditoria locais.

Anualmente, a Auditoria Interna confirma à Presidência do Conselho de Administração sua independência profissional.

Impedimentos reais ou aparentes à independência ou objetividade são comunicados à Presidência do Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria.

A execução de trabalhos de auditoria interna e o uso da denominação "auditoria interna" no Conglomerado são exclusivos da Diretoria Executiva de Auditoria do Itaú Unibanco.

O objetivo da Auditoria Interna é promover a avaliação das atividades desenvolvidas no Conglomerado, por meio de técnicas de auditoria, permitindo à administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos, a confiabilidade das demonstrações contábeis e o cumprimento das normas e regulamentos.

A Auditoria Interna mantém uma agenda de interação com a Governança, que contempla reuniões com o Comitê de Auditoria, Comitê Executivo, Presidente do Conselho e Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Controles Internos**

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o padrão contábil ("BRGAAP"), e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo esses controles, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar erros. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

A nossa administração avaliou a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2016. Nessa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pela Estrutura Integrada de Controle Interno (2013) do Comitê das Organizações Patrocinadoras (COSO - *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*). Com base nessa avaliação e critérios, a nossa administração concluiu que os nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2016 são efetivos.

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão integrada de risco operacional, controles internos e *compliance* está estruturada em 3 linhas de defesa:

- 1ª linha: representada pelas áreas de negócios e suporte, tendo como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar, entender e gerenciar os eventos de risco operacional, assim como manter um efetivo ambiente de controles (incluindo o cumprimento de normas internas e externas).
- 2ª linha: representada pela área de controles internos / validação independente, tendo como responsabilidades, entre outras, divulgar e garantir a aplicação das decisões, políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional, assim como validar, de forma independente, políticas e processos.
- 3ª linha: representada pela área de auditoria interna, tendo como responsabilidades, entre outras, verificar de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos.

A atividade da 2ª linha de defesa é realizada pela área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional a qual está matricialmente apartada das áreas de negócio e suporte, garantindo assim a sua independência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

No que tange a atuação, a 2ª linha de defesa realiza validação do processo com foco na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e resposta aos riscos operacionais da organização, garantindo assim que as perdas e os riscos estejam dentro dos limites estabelecidos pela instituição.

Processo de validação independente

A metodologia de validação de modelos de risco de crédito e mercado definida em política interna específica e inclui as etapas abaixo:

- Verificação do desenvolvimento das variáveis explicativas e avaliação de performance;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a replicabilidade dos códigos disponibilizados e performance do modelo;
- Comparação do modelo proposto com benchmarks, quando aplicável;
- Backtest histórico do modelo, verificando sua aderência aos dados realizados;

Adicionalmente, a área de validação avalia também a classificação de porte dos modelos proposta pela área de modelagem, que é utilizada para priorização das validações.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetida a comitês específicos, compostos por membros da alta administração: o Comitê de Compliance e Riscos Operacionais (CCRO) e a Comissão Técnica de Avaliação de Modelos de Risco de Mercado (CTAM). As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente são constantemente revisadas pela auditoria e endereçadas por meio de planos de ação.

A estrutura de controles internos e a atividade de validação independente são compatíveis com o modelo de negócio, complexidade dos produtos, serviços, sistemas e processos da instituição, garantindo um grau de confiança adequado da eficiência e eficácia dos recursos, das informações financeiras, modelos usados na gestão e o cumprimento das leis e normas estabelecidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração do Itaú Unibanco é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações financeiras é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN. Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da Companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da Companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para 31 de dezembro de 2016 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework* (2013). A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2016, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas são efetivos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de gestão e controles internos da Investimentos Bemge S.A. está alinhada às definições mantidas pelos órgãos internacionais *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) (2013) (COSO - *Enterprise Risk Management (ERM) - Integrated Framework*) e *Information Systems Audit and Control Association* (ISACA) (*Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT)). Também é aderente às recomendações sugeridas pelo Comitê da Basileia e às determinações dos órgãos reguladores nacionais e internacionais bem como está alinhada à política interna (HF-19 - Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional, Controles Internos e *Compliance*) como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de Risco Operacional, Controles Internos e *Compliance* e assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, por meio de uma abordagem integrada.

Nessa estrutura a Diretoria Executiva de Controles Internos, Riscos Operacionais e Compliance é, por princípio, independente no exercício de suas funções, possui comunicação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

direta com qualquer administrador ou colaborador, acesso a quaisquer informações necessárias no âmbito de suas responsabilidades e irrestrito à Alta Administração para reporte de situações que possam gerar riscos para o Conglomerado. De forma a garantir esta independência, é vedada a esta Diretoria realizar a gestão de qualquer negócio do Conglomerado.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o intuito de assegurar que o processo de gestão de riscos seja divulgado e reportado à alta administração da instituição, juntamente com os respectivos status dos planos de ação, a Diretoria Executiva de Controles Internos, Riscos Operacionais e Compliance participam da Comissão Superior de Risco Operacional (CSRO) com participação do Presidente, Diretores Gerais e Vice Presidentes da Instituição.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências significativas de controles interno relacionados as demonstrações financeiras.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No relatório do auditor independente não foram observados deficiências significativas de controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Risco de Crédito

A diversificação de nossos negócios reflete-se na mudança da composição da nossa carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com mais garantias atreladas, e em nosso processo de internacionalização das operações do banco. Acreditamos que já começamos a vislumbrar uma lenta recuperação da economia que, de alguma forma, impulsionará a demanda de crédito.

Riscos de Mercado

Objetivando o contínuo aprimoramento do gerenciamento dos riscos de mercado do Itaú Unibanco, realizamos ao longo de 2016 a consolidação de 100% do risco de mercado do Itaú Corpbanca nos processos da Holding, garantindo a padronização e centralização dos modelos, processos e controles. Adicionalmente, migramos a abordagem de capital de risco de mercado da carteira de negociação do modelo padronizado (BACEN) para o modelo interno para as carteiras da Tesouraria Brasil. No que diz respeito ao apetite de risco, em 2016 tivemos a inclusão dos limites Nível 0, observando o impacto contábil potencial, do Consolidado Banco na declaração de apetite de risco aprovado pelo CA; esta métrica consiste em um limite global de risco de mercado o qual incorpora a perda potencial em alguns cenários de stress nas visões Lucros e Perdas, Patrimônio e Econômica.

Como expectativa para 2017, temos a aprovação junto ao Banco Central do Brasil para utilização de modelos internos em unidades externas com materialidade de risco nas carteiras de negociação.

Riscos Operacionais

No ano de 2016, foi priorizado 1 novo risco operacional na instituição, relacionado a cartões. O risco de tratamento de ações cíveis e trabalhistas foi desmembrado em 2, totalizando 26 riscos priorizados, monitorados e reportados devidamente em fóruns e órgãos colegiados. Com relação ao ambiente de controles houve a melhora do risco de cadastro de clientes e a depreciação do risco de falhas operacionais no processo de cobrança. Adicionalmente, foram definidos prazos previstos para migração dos riscos priorizados.

Riscos de Liquidez

Para o período reportado, houve um avanço no cálculo e controle do indicador LCR. Este indicador passou a ser calculado diariamente de modo sistêmico, para garantir o atendimento à Carta Circular 3.812 que define o novo preenchimento para remessa do Documento de código 2160 - Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Com o objetivo de reforçar nossos valores e alinhar o comportamento dos nossos colaboradores às diretrizes estabelecidas no gerenciamento de riscos, dispomos de diversas iniciativas a fim de estimular a cultura de riscos. Além de políticas, procedimentos e processos, a cultura de riscos fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores no gerenciamento de riscos inerentes às atividades executadas individualmente, respeitando a forma ética de gerir o negócio.

Promovemos a cultura de riscos, destacando comportamentos que ajudarão a assumir e gerenciar riscos de forma consciente, em todos os níveis da instituição. Os princípios da cultura de risco são: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de riscos.

Difundindo esses princípios por toda a instituição, incentiva-se que os riscos sejam conhecidos e abertamente debatidos, mantenham-se nos níveis estabelecidos pelo apetite de risco e sejam entendidos como responsabilidade de cada um dos nossos colaboradores, independentemente de cargo, área ou função.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco Holding S.A. ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com o objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua na instituição.

O arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como nosso apetite de risco.

Saiba mais sobre o gerenciamento de risco no site de Relações com Investidores www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa >> Gerenciamento de Riscos e Capital– Pilar 3.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras da Investimentos Bemge S.A. estão em conformidade com o padrão contábil internacional - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS").

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Investimentos Bemge apresentou em 31 de dezembro de 2016 lucro líquido de R\$ 15.715 mil (R\$ 14.241 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 10.799 mil em 31 de dezembro de 2014) e patrimônio líquido de R\$ 197.607 mil (R\$ 182.041 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 167.935 mil em 31 de dezembro de 2014). O lucro líquido por ação foi de R\$ 6,65 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6,02 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ R\$ 4,57 em 31 de dezembro de 2014), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 83,59 (R\$ 77,01 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 71,04 em 31 de dezembro de 2014).

Os ativos totais atingiram R\$ 203.645 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 187.911 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 171.180 mil em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2016, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros Mantidos para Negociação no valor de R\$ 122.194 mil (R\$ 106.881 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 93.931 mil em 31 de dezembro de 2014) e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 77.332 mil (R\$ 77.004 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 72.602 mil em 31 de dezembro de 2014).

Nossos Diretores acreditam que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para mantermos nosso plano de negócios, desenvolvermos nossas atividades e cumprirmos com nossas obrigações de curto e médio prazos.

b) Estrutura de capital

O capital social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2016 foram provisionados dividendos no montante de R\$ 149 mil à razão de R\$ 0,06 por ação. Em 31 de dezembro de 2015 foram provisionados dividendos no montante de R\$ 135 mil à razão de R\$ 0,054 por ação ordinária e R\$ 0,059 por ação preferencial. Em 31 de dezembro de 2014 foi provisionado o montante de R\$ 103 mil à razão de R\$ 0,041 por ação ordinária e R\$ 0,045 por ação preferencial.

No Conglomerado Itaú Unibanco, os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Dessa forma, a Investimentos Bemge, por intermédio da instituição líder, Itaú Unibanco Holding, julga adequado o atual nível do índice de Basileia (19,1% e 17,8% com base no Consolidado Prudencial, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 e 16,9% com base no Consolidado Operacional em 31 de dezembro de 2014) no conglomerado econômico-financeiro.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Investimentos Bemge possui operações de compra com compromisso de revenda (operações compromissadas) de ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valor justo e as receitas de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em 31/12/2016, 31/12/2015 e 31/12/2014 o capital próprio foi a fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Além disso, nesses períodos, não existiam posições em aberto no mercado de derivativos nos períodos apresentados.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2016, a Investimentos Bemge não possuía deficiências de liquidez. Na hipótese da necessidade de liquidez, a companhia poderá recorrer a instrumentos já utilizados, porém não se limitando somente a eles, para adequação de sua liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Não houve.

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, a Investimentos Bemge não possuía em seu Passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras. No entanto, buscamos sempre desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não possuímos outras restrições em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**2016 x 2015 x 2014**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.****Balanco Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 X 2015	2015 X 2014
CIRCULANTE	123.041	107.130	94.208	14,9%	13,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	14	11	15	27,3%	(26,7%)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	122.194	106.881	93.931	14,3%	13,8%
Outros Ativos Financeiros	598	4	-	14850,0%	-
Ativos Fiscais - Outras	1	-	28	-	(100,0%)
Outros Ativos	234	234	234	-	-
NÃO CIRCULANTE	80.604	80.781	76.972	-0,2%	4,9%
Aplicações no Mercado Aberto	77.332	77.004	72.602	0,4%	6,1%
Outros Ativos Financeiros	3.272	3.740	3.812	(12,5%)	(1,9%)
Ativos Fiscais - Outras	-	37	558	(100,0%)	(93,4%)
TOTAL DO ATIVO	203.645	187.911	171.180	8,4%	9,8%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE	3.709	2.738	151	35,5%	1713,2%
Provisões	2	2	2	-	-
Obrigações Sociais	197	181	149	8,8%	21,5%
Obrigações Fiscais	3.510	2.555	-	37,4%	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	2.530	2.451	-	3,2%	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	877	-	-	-	-
Outras	103	104	-	-1,0%	-
NÃO CIRCULANTE	2.329	3.132	3.094	-25,6%	1,2%
Provisões	2.329	2.283	2.244	2,0%	1,7%
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	-	849	850	(100,0%)	-0,1%
Total do Passivo	6.038	5.870	3.245	2,9%	80,9%
Capital Social	123.144	123.144	79.000	-	55,9%
Reservas Integralizadas	74.281	58.715	88.753	26,5%	(33,8%)
Reservas a Integralizar	182	182	182	-	-
Total do Patrimônio Líquido	197.607	182.041	167.935	8,6%	8,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	203.645	187.911	171.180	8,4%	9,8%

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2016, lucro líquido de R\$ 15.715 mil, o que representou um crescimento de 10,4% em relação ao ano de 2015. Mais informações sobre os resultados dos anos de 2016, 2015 e 2014 estão descritas no item 10.2 deste relatório.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 atingiu R\$ 197.607 mil (R\$ 182.041 mil no ano de 2015 e R\$ 167.935 mil no ano de 2014).

Os ativos totais atingiram R\$ 203.645 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 187.911 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 171.180 mil em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2016, os principais ativos eram representados por Ativos Financeiros Mantidos para Negociação no valor de R\$ 122.194 mil (106.881 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 93.931 mil em 31 de dezembro de 2014) e por Aplicações no Mercado Aberto no valor de R\$ 77.332 mil (R\$ 77.004 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 72.602 mil em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2016 os outros ativos financeiros estavam compostos por Depósitos em Garantia no montante de R\$ 3.870 mil (R\$ 3.744 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 3.812 mil em 31 de dezembro de 2014).

Os ativos fiscais totalizaram R\$ 1 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 37 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 586 mil em 31 de dezembro de 2014).

As provisões totalizaram R\$ 2.331 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.285 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.246 mil em 31 de dezembro de 2014) e estavam compostas por provisões – fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 2.329 mil (R\$ 2.283 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.243 mil em 31 de dezembro de 2014).

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com o controlador Itaú Unibanco S.A, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2016, destacaram-se as Aplicações no Mercado Aberto – Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias, no valor de R\$ 77.332 mil (R\$ 77.004 mil em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 72.602 mil em 31 de dezembro de 2014).

Os administradores da Investimentos Bemge também integram os órgãos de administração de seu controlador indireto, Itaú Unibanco Holding, ou de empresas controladas por ele. Por essa razão, referidos administradores são remunerados apenas pelas funções que exercem em tais empresas e não receberam, nos exercícios de 2016, 2015 e 2014, remuneração específica pelo fato de participarem de órgãos de administração da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Os diretores devem comentar:****a) Resultados das operações do emissor, em especial:***I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e**II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

Demonstração do Resultado

(Em Milhares de Reais)

	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2014	2016 X 2015	2015 X 2014
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.689)	(1.049)	(989)	61,0%	6,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(428)	(434)	(414)	-1,4%	4,8%
Despesas Tributárias	(1.260)	(610)	(14)	106,6%	4257,1%
Outras Despesas Operacionais	(1)	(5)	(561)	(80,0%)	(99,1%)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.689)	(1.049)	(989)	61,0%	6,1%
RESULTADO FINANCEIRO - Receitas Financeiras	25.475	22.470	17.416	13,4%	29,0%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23.786	21.421	16.427	11,0%	30,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(8.044)	(7.181)	(5.732)	12,0%	25,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(27)	1	104	(2800,0%)	(99,0%)
LUCRO LÍQUIDO	15.715	14.241	10.799	10,4%	31,9%
Nº DE AÇÕES	2.363.936	2.363.936	2.363.936	-	-
LUCRO POR AÇÃO - R\$	6,65	6,02	4,57	10,4%	31,9%
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO - R\$	83,59	77,01	71,04	8,5%	8,4%

2016 x 2015

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2016 resultado antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 23.786 mil (R\$ 21.421 mil no ano de 2015) e lucro líquido de R\$ 15.715 mil (R\$ 14.241 mil no ano de 2015). O lucro líquido por ação foi de R\$ 6,65 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6,02 em 31 de dezembro de 2015), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 83,59 (R\$ 77,01 em 31 de dezembro de 2015).

As receitas referem-se basicamente à remuneração das aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 25.475 mil no ano de 2016 (R\$ 22.470 mil no ano de 2015).

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 428 mil no ano de 2016 (R\$ 434 mil no ano de 2015) e estão compostas, principalmente, por serviços do sistema financeiro no montante de R\$ 129 mil no ano de 2016 (R\$ 160 mil no ano de 2015), por serviços de terceiros no montante de R\$ 145 mil no ano de 2016 (R\$ 129 mil no ano de 2015) e por contribuição sindical no montante de R\$ 94 mil no ano de 2016 (R\$ 78 mil no ano de 2015).

2015 x 2014

A Investimentos Bemge apresentou ao final de 2015 resultado antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 21.421 mil (R\$ 16.427 mil no ano de 2014) e lucro líquido de R\$ 14.241 mil (R\$ 10.799 mil no ano de 2014). O lucro líquido por ação foi de R\$ 6,02 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 4,57 em 31 de dezembro de 2014), enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 77,01 (R\$ 71,04 em 31 de dezembro de 2014).

As receitas referem-se basicamente à remuneração das aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 22.470 mil no ano de 2015 (R\$ 17.416 mil no ano de 2014).

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 434 mil no ano de 2015 (R\$ 414 mil no ano de 2014) e estão compostas, principalmente, por serviços do sistema financeiro no montante de R\$ 160 mil no ano de 2015 (R\$ 167 mil no ano de 2014), por serviços de terceiros no montante

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

de R\$ 129 mil no ano de 2015 (R\$ 98 mil no ano de 2014) e por contribuição sindical no montante de R\$ 78 mil no ano de 2015 (R\$ 75 mil no ano de 2014).

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSL, PIS e COFINS, cujos efeitos iniciaram a partir de 01/01/2015, resultando na variação das linhas de despesas tributárias e de imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, em 2014, houve a adesão ao programa de parcelamento de tributos federais pela Lei nº 11.941, com impacto em outras despesas operacionais.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Não houve variações significativas no resultado nos anos de 2016, 2015 e 2014. Destacamos que as principais variações no resultado foram explicadas no item 10.2a deste Manual.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos decorrentes de alterações em práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalva e ênfase nos relatórios do auditor para os anos de 2014, 2015 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Geral

Nossas principais práticas contábeis estão descritas na Nota 2 de nossas demonstrações financeiras para as datas-base de 31/12/2016, 31/12/2015 e 31/12/2014. A preparação das demonstrações financeiras envolve certas estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que consideramos razoáveis e relevantes. Apesar de revisarmos continuamente essas estimativas e premissas no curso normal de nossos negócios, a apresentação da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações frequentemente exige que façamos julgamentos em assuntos que são inerentemente incertos. Os pontos abaixo descrevem as áreas que exigem a maioria dos julgamentos ou que envolvem um alto grau de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam atualmente a nossa condição financeira e o resultado de nossas operações.

Uso de Estimativas e Premissas

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os Pronunciamentos Contábeis (CPCs) exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável a geração de lucro tributável futuro para sua utilização, conforme descrito na Nota 2.4e de nossas demonstrações financeiras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Classificamos as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 6 de nossas demonstrações financeiras. Acreditamos que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos. As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas em detalhes na Nota 6 de nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Passivos Contingentes**

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado, sendo periodicamente revisadas.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica de Provisões.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

I - Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

II - Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

III - Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

IV - Contratos de construção não terminada

V - Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em relação ao subitem “a-II” não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades. Quanto aos demais subitens não constam na instituição.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a) Investimentos, incluindo:

I - Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

II - Fontes de financiamento dos investimentos

III - Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, pois não há atividades operacionais.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, pois não há atividades operacionais.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I - Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II - Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III - Projetos em desenvolvimento já divulgados

IV - Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há atividades operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional já foram comentados nos demais itens desta seção.